

SINTIUS



1942 - 2017

SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

28/06/2017

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

MPT aponta falhas na reforma trabalhista

O Ministério Público do Trabalho (MPT), na figura do procurador-geral Ronaldo Fleury, apontou inconstitucionalidades do projeto da reforma trabalhista (PLC 38/2017), em tramitação no Senado, e divulgou uma nova nota técnica pedindo a rejeição parcial do texto.

Entre os temas que vão contra a Constituição, o procurador destaca o desvirtuamento do regime de emprego; terceirização ampla e irrestrita; flexibilização da jornada de trabalho com limites superiores aos atuais; violação de direito fundamental ao salário mínimo, à remuneração pelo trabalho e a salário equitativo.

Além da prevalência do negociado sobre o legislado para reduzir proteção social do trabalhador; fragilização do direito à representação de trabalhadores por local de trabalho; restrições do acesso à justiça do trabalho; afronta à autonomia funcional do poder judiciário trabalhista, entre outras violações.

Fonte: Jornal A Tribuna - 28/06/2017

Nova sede da Fundacentro fica pronta até o fim do ano

O novo escritório da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro) na Baixada Santista deverá estar pronto até o fim deste ano. Isso permitirá a ampliação das atividades em prol dos trabalhadores da região a partir do próximo ano. A garantia foi dada ontem pelo presidente da instituição, Paulo Ricardo Arsego, que esteve ontem, em Santos, para vistoriar as obras da unidade, localizada na Avenida Ana Costa, 21, na Vila Mathias.

"Estou muito satisfeito com o que observei. A empreiteira contratada tem até fevereiro de 2018 para finalizar os trabalhos, mas foi dito que esse prazo poderia ser antecipado. Esperamos inaugurar até o final do ano novo esse novo espaço, que será um exemplo para o Brasil", responde ele.

Desde 2014, quando o órgão, ligado ao Ministério do Trabalho, reativou as atividades na Baixada Santista, os três servidores e outros três terceirizados estão alocados no prédio da Gerência Regional do Trabalho e Emprego de Santos.

Com uma unidade maior a partir do próximo ano, a expectativa é que novos funcionários de carreira reforcem a equipe, o que depende da realização de novos concursos.

Fonte: Jornal A Tribuna - 28/06/2017

Estivadores farão greve de 48 horas

Os estivadores avulsos e vinculados decidiram, por unanimidade, deflagrar uma greve de 48 horas. O protesto, referente às negociações com as empresas que compõem a Câmara de Contêineres, começa na sexta-feira, às 7 horas, e termina no domingo, no mesmo horário. A assembleia entre a diretoria do Sindicato dos Estivadores (Sindestiva) e a categoria aconteceu na manhã de ontem, às 9 horas, na sede da entidade, no Centro de Santos.

Fonte: Jornal A Tribuna - 28/06/2017

ÚLTIMA ETAPA. Sindicalistas estão mobilizados em Brasília para votação, último passo do processo antes do plenário

Reforma trabalhista será votada hoje na CCJ do Senado

Da Reportagem

DE SANTOS

O Senado deve encerrar hoje, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) os debates sobre a proposta de reforma trabalhista nas comissões. Depois, o projeto segue para a fase final que é a votação no plenário da Casa, previsto para o próximo dia 5 de julho.

Sindicalistas estão em Brasília representando as centrais sindicais, num último esforço para tentar barrar o projeto de lei do Governo Federal, que segundo o movimento sindical, retira direitos históricos dos trabalhadores e impõe um retrocesso trabalhista.

“Num só golpe o Governo tenta acabar com os sindicatos, queimar a CLT e extinguir a Justiça do Trabalho”, diz Paulo Pimentel, PP, presidente do Sintrasaúde de Santos e diretor da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) na Baixada Santista.

“Nós não somos contra mudanças, pois entendemos que elas são necessárias, mas não dessa forma, onde o Governo volta suas atenções só para proteger o capitalismo e o empresário, acabando com as relações de trabalho, impedindo que trabalhadores recorram à justiça do trabalho e que os sindicatos os represente nas negociações salariais”, informa Pimentel que é o mais antigo sindicalista em atividade na região.

E conclui: “Já vivenciei outras mudanças, mas nenhuma como essa, que vem sem um debate com a sociedade e que destrói direitos históricos que os trabalhadores construíram ao



longo da história. A luta continua, não perdemos a esperança em reverter esse quadro, e vamos tentar convencer, ainda que nos estertores desse rito de debates, que os senadores impeçam esse retrocesso”.

Longo debate. A expectativa, segundo a Agência Brasil, é que de que a votação do relatório do senador Romero Jucá seja bastante demorada, já que depois das leituras dos votos em separado, cada senador terá até 10 minutos de fala. Vencida essa etapa, será a vez dos líderes de partidos encaminharem a votação - para isso cada um terá cinco minutos.

“Acredito que a votação entrará pela madrugada até pelo debate que vamos fazer. É natural, é do processo democrático que todos expressem suas convicções e divergências. Mas vamos esgotar esse tema

» **Todo o dia**
Os debates na CCJ devem se prolongar durante quase todo o dia e a votação poderá ocorrer só à noite

na Comissão de Justiça na quarta-feira”, avaliou o senador Ricardo Ferraço, que relatou a proposta nas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS). Na primeira, o relatório dele foi aprovado. Na segunda, foi rejeitado e aprovado o voto em separado do senador Paim.

Ainda animados com a rejeição do relatório do senador Ferraço por um voto na CAS, a oposição espera conseguir o mesmo com o parecer de Romero Jucá na CCJ. Mas, mesmo que o relatório oficial seja derrotado, a discussão segue para o plenário da Casa.

A proposta só seria

arquivada na CCJ se houvesse unanimidade na rejeição do relatório pela inconstitucionalidade. Como o voto do relator favorável à matéria já é conhecido, não há chance de arquivamento da proposta.

Votação final. Depois de votada na CCJ a proposta de reforma trabalhista estará pronta para deliberação em plenário, em data a ser definida pelo presidente da Casa, Eunício Oliveira. Lá, todos os pareceres das comissões servirão apenas para balizar as discussões. O debate, desta vez com todos os senadores, recomeça. Para ser aprovado, o projeto precisará de maioria simples, ou seja, metade dos senadores presentes mais um voto.

A proposta. A proposta a ser analisada prevê, além da supremacia do negociado sobre o legislado, o fim da assistência obrigatória do sindicato na extinção e na homologação do contrato de trabalho. Além disso, extingue a contribuição sindical obrigatória de um dia de salário dos trabalhadores.

Há também mudanças nas férias, que poderão ser parceladas em até três vezes no ano e regras para o trabalho remoto, também conhecido como home office.

Para o patrão que não registrar o empregado, a multa foi elevada e pode chegar a R\$ 3 mil. Atualmente, a multa é de um salário-mínimo regional.

Para que a proposta não tenha que voltar para análise pela Câmara dos Deputados, os senadores não podem fazer nenhuma mudança de mérito no texto.

Veja as principais mudanças em debate da reforma trabalhista

O projeto de lei da reforma trabalhista já foi aprovada pela Câmara dos Deputados e se encontra em debate no Senado, onde será votada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), última das comissões para analisar e debater o texto que se for aprovado seguirá para votação no plenário com votação prevista para o próximo dia 5 de julho.

São mais de 100 mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), propostas pelo governo do presidente Michel Temer (PMDB) e aprovadas pela Câmara dos Deputados.

Confira abaixo as principais mudanças na CLT com a reforma trabalhista:

Jornada intermitente. A jornada hoje é limitada a 8 horas diárias, 44 horas semanais e 220 horas mensais, podendo haver até 2 horas extras por dia. Pelo novo texto é permitida a prestação de serviços de forma descontínua, podendo o funcionário trabalhar em dias e horários alternados.

Remuneração. Atualmente, a remuneração por produtividade não pode ser inferior à diária correspondente ao piso da categoria ou salário mínimo. Com a reforma trabalhista, o empregador paga somente pelas horas efetivamente trabalhadas. O contrato de trabalho nessa modalidade deve ser firmado por escrito e conter o valor da hora de serviço.

Trabalho remoto. Atualmente a legislação não contempla essa modalidade de trabalho. Porém, com a reforma trabalhista, tudo que o trabalhador usar em casa será formalizado com o patrão via contrato, como equipamentos e gastos com energia e internet, e o controle do trabalho será feito por tarefa.

Descanso. O trabalhador que atua no regime de trabalho de 8 horas diárias tem direito a uma hora, no mínimo, e duas horas, ao máximo, de intervalo para repouso ou alimentação. Pelo projeto, o intervalo dentro da jornada de trabalho poderá ser negociado, desde que tenha pelo menos 30 minutos.

Férias. As férias de 30 dias podem ser fracionadas em até dois períodos, sendo que um deles não pode ser inferior a 10 dias. Há possibilidade de 1/3 do período ser pago em forma de abono. Com a reforma, as férias podem ser fracionadas em até três períodos, sendo que um deles não pode ser inferior a 14 dias corridos e os períodos restantes não sejam inferiores a cinco dias corridos cada um. A reforma também proíbe que o início das férias ocorra no período de dois dias que antecede feriado ou dia de repouso semanal remunerado.

Trabalho temporário. O texto retira as alterações de regras relativas ao trabalho temporário. A Lei da Terceirização (13.429/17), sancionada em março, já havia mudado as regras do tempo máximo de contratação, de três meses para 180 dias, consecutivos ou não. Além desse prazo inicial, pode haver uma prorrogação por mais 90 dias, consecutivos ou não, quando permanecerem as mesmas condições.

Terceirização. A medida estabelece uma quarentena de 18 meses entre a demissão de um trabalhador e sua recontração, pela mesma empresa, como terceirizado.